

Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da Catalogação

Cristina Dotta Ortega*

Resumo Discorre sobre a noção de unidade documentária – unidade informacional mínima, considerada de interesse de um grupo de usuários e passível de representação para a produção de registros de bases de dados – com o fim de explorar os fundamentos da Catalogação. Duas concepções são consideradas: o conceito de obra proposto por Panizzi como parte dos princípios para a produção de catálogos de bibliotecas, depois retomado no modelo *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*; e o conceito de assunto como modo de identificar a unidade intelectual (a partir da unidade física), desenvolvido pela Documentação e aplicado em sistemas de informação científica. Parte da hipótese de que estas concepções se configuram como aproximações histórico-conceituais à noção de unidade documentária constituindo-se, portanto, como pertinentes à sua problematização. Como metodologia, foi realizada abordagem histórico-conceitual das duas concepções citadas e análise sobre sua contribuição atual. Inicialmente, contextualiza-se o tema da Catalogação, tratando de seus objetivos e da terminologia existente sob o ponto de vista dos processos e instrumentos de produção e gestão de bases de dados. Em seguida, apresentam-se alguns dos princípios da Catalogação consolidados por Panizzi na metade do século XIX, e o princípio monográfico proposto por Otlet para a Documentação a partir daqueles, para então discorrer sobre a articulação entre esses princípios e suas aplicações no decorrer do século XX. Observa que o cenário desenhado por essas duas concepções, respectivamente sob o domínio da comunidade de bibliotecas e dos serviços e redes de informação científica, vem tomando novos contornos desde as últimas décadas. Constata que os conceitos de obra e de assunto não se constituem como aspectos auto-exclusivos da atividade de produção e gestão de bases de dados, mas como princípios gerais para a identificação da unidade documentária a partir da qual o registro de informação é construído.

Palavras-chave catalogação; representação descritiva; princípio monográfico; unidade documentária; obra; assunto

From the monographic principle to the documentary unit: an exploration of the bases of Cataloguing

Abstract This article deals with the notion of documentary unit – a minimum informational unit, which is considered to be of interest of a group of users, liable to representation for the constitution of registration of a database – in order to explore the grounds of Cataloguing. Two conceptions have been taken into account: the concept of work proposed by Panizzi as part of the

* Doutora em Ciência da Informação e professora adjunta no curso de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço postal: UFMG, ECI, Av. Antônio Carlos, 3327, Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP. 31270-901. Tel. (31) 3409-5225 e e-mail: ortega@eci.ufmg.br

principles for the production of library catalogs, which was later resumed in the Functional Requirements for Bibliographic Records (*FRBR*) model; and the concept of subject as a way to distinguish the intellectual unit (from the physical unit), developed by Documentation and applied in systems of scientific information. It starts from the assumption that these conceptions frame themselves as conceptual-historical approaches to the notion of documentary unit, therefore making it belong to its problematization. As methodology, we have carried out conceptual-historical approaches of the two conceptions mentioned above, and an analyses about their present contribution. First, this article contextualizes Cataloguing, dealing with its aims and with the existing terminology, bearing in mind the processes and tools of production and management of database. Second, it presents some of the principles of Cataloging consolidated by Panizzi in the middle of 19th century, and the monographic principle proposed by Otlet for documentation based on those principles. Then, it discusses those principles and their applications along the 20th century. The article observes that the scenery portrayed by these two conceptions, respectively under the predominance of the community of libraries, and the services and nets of scientific information, has taken new contours during the last two decades. It also shows that the concepts of work and subject are not self-exclusive aspects of activities of production and database management, but are general principles for the identification of a documentary unit from which the information registration is constructed.

Keywords cataloguing; descriptive representation; monographic principle; documentary unit; work; subject

Introdução

Os registros que compõem as bases de dados devem ser produzidos a partir de representações de documentos e de questões de busca (previstas) dos usuários. Para sua funcionalidade, é esperado que os registros apresentem características que permitam aderência entre essas representações – de documentos e de questões de busca (previstas) – e as questões de busca efetivamente realizadas pelos usuários. Os registros de informação são produtos da representação de documentos, o que significa dizer que um registro pode corresponder a um documento, a partes de um documento, a documentos em seu conjunto, ou a dados esparsos.

O registro é a unidade principal de trabalho de uma base de dados, o que significa que ele é a unidade de interpretação do sistema. Unidade documentária é, então, a unidade informacional mínima considerada de interesse de um grupo de usuários e passível de representação para a produção de registros de bases de dados.

A discussão sobre o tema justifica-se em função do questionável papel determinante e legitimador atribuído à normatividade e do nível de dispersão das teorias e métodos pertinentes à produção e à gestão de bases de dados bibliográficas.

Duas concepções são aqui consideradas: o conceito de obra proposto por Panizzi como parte dos princípios para a produção de catálogos de bibliotecas, depois retomado no modelo *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*; e o conceito de assunto ou conteúdo temático como modo de identificar a unidade intelectual (a partir da unidade física), desenvolvido pela Documentação e aplicado em sistemas de informação científica. Partimos da hipótese de que

estas concepções configuram-se como aproximações histórico-conceituais à noção de unidade documentária constituindo-se, portanto, como pertinentes à sua problematização.

Deste modo, o artigo tem por objetivo discorrer sobre a noção de unidade documentária visando subsidiar teórica e metodologicamente a produção de registros de bases de dados bibliográficas, como modo de explorar os fundamentos da Catalogação.

Como metodologia, realizamos abordagem histórico-conceitual das duas concepções e análise sobre sua contribuição atual. Inicialmente, contextualizamos o tema da Catalogação, tratando de seus objetivos e da terminologia existente sob o ponto de vista dos processos e instrumentos de produção e gestão de bases de dados. Em seguida, apresentamos alguns dos princípios da Catalogação consolidados por Panizzi na metade do século XIX, e o princípio monográfico proposto por Otlet para a Documentação a partir daqueles, para então discorrer sobre a articulação entre esses princípios e suas aplicações no decorrer do século XX.

Adotamos a forma 'Catalogação' para indicar a área que se ocupa dos princípios e métodos de produção de bases de dados bibliográficas (termo mais amplo que catálogos de bibliotecas) e 'catalogação' para tratar das operações de produção dessas bases de dados.

Catalogação: objetivos, processos, instrumentos e terminologia

Como tratamos em Ortega e Lara (2010b), os termos representação descritiva e representação temática são adotados para indicar as etapas distintas e complementares necessárias à construção dos registros das bases de dados bibliográficas.

Representação descritiva refere-se aos aspectos da descrição formal dos documentos, o que inclui a descrição física e a descrição dos elementos para identificação dos mesmos; a atividade de representação descritiva é também chamada de catalogação (ou, mais especificamente, catalogação descritiva) em especial entre a comunidade de bibliotecas, e de descrição bibliográfica entre a comunidade dos serviços de informação científica. Representação temática, por sua vez, refere-se à atribuição de assuntos aos documentos a partir da classificação bibliográfica, da indexação e da elaboração de resumos.

É provável que os termos representação descritiva e representação temática tenham sido adotados com o objetivo de ampliar o conceito de Catalogação, o qual remete à produção de catálogos de biblioteca. Contudo, o desenvolvimento teórico e metodológico da representação descritiva e da representação temática foi realizado de modo separado, conduzindo a dificuldades conceituais na articulação entre os dois processos. Já a Catalogação, incluindo a catalogação descritiva e a catalogação de assunto, responde pela construção global do sistema, nesse caso, o catálogo.

Sob o nome de Catalogação ou representação descritiva, a área tende a ser explicada por instrumentos amplamente disseminados, como a 2ª edição da *Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2)* e o formato de registro bibliográfico *Machine Readable Cataloging (MARC)*, menos que por princípios subjacentes a esses instrumentos ou por princípios gerais de Catalogação. O padrão AACR2/MARC é usualmente utilizado como padrão único de tratamento da informação, e compreendido como legitimado internacionalmente e viável economicamente. Desse modo, adota-se o AACR2 como teoria de catalogação. Como instrumento e teoria são

distintos, esse quadro reflete cristalização que não contribui para o desenvolvimento de estruturas de campos e seu preenchimento pertinentes aos diversos tipos de documentos e públicos.

Nesse contexto, identificamos várias comunidades de profissionais e de pesquisadores e professores, como a comunidade de bibliotecas, de serviços de informação científica, de produção de metadados e de tecnologia da informação e da comunicação. Esses grupos não são constituídos de modo auto-exclusivo e se mantêm em atividades que são simultaneamente de interação e de conflito.

Considerando que os estudos de Catalogação são em sua maioria centrados no processo de preenchimento dos campos prescritos por normas, ressaltamos a etapa que é anterior e, portanto, orientadora desta. Deste modo, tratamos da etapa de determinação dos campos segundo conteúdos previstos, ou seja, da determinação dos campos que deve preceder os registros a serem posteriormente produzidos.

Os princípios de Catalogação

Ao referir-se à Idade Antiga, Garrido Arilla (1996, p. 45) afirma que “existe certa catalogação desde que existem os catálogos”. Segundo história dos catálogos e da catalogação até 1900, os catálogos eram inventários de coleções (como livros de tombo), em geral organizados em códices, ou seja, na forma de livro (STROUT, 1956)¹. No final do século XV, houve um avanço importante graças às atividades de bibliografia. A partir do século XVIII, o catálogo passou a ser desenvolvido para servir como um instrumento de busca. O contexto é o do desenvolvimento da pesquisa científica e das atividades de estudo que levaram ao crescimento de bibliotecas na Europa.

Segundo o relato de Strout (1956) apud MEY (1995, p. 12-35), da Idade Antiga até o início do século XX, ocorreram as seguintes iniciativas na produção de catálogos e bibliografias: catalogação de partes de documentos, uso de remissivas, construção de índices de autor e de assunto, entrada de autores pessoais pelo sobrenome, reunião de livros relativos à mesma obra, adaptação das normas às necessidades locais, e, por fim, a confecção de fichas para possibilitar o registro das diversas informações sobre um documento e a sua atualização constante. Estas iniciativas compõem um conjunto de metodologias que são emblemáticas da anterioridade das reflexões e operações documentárias com que se defrontam hoje muitos dos setores da chamada ‘sociedade do conhecimento’.

Somente no século XIX dá-se o início da Biblioteconomia como se conhece hoje, ou seja, a Biblioteconomia moderna. Marco deste momento foram as contribuições dos assim chamados primeiros teóricos da Catalogação, os quais se debruçaram sobre as práticas até então realizadas visando à formulação de princípios.

Debates sobre o catálogo e a catalogação na biblioteca do *British Museum* deram-se no âmbito de uma comissão nomeada pela *House of Commons* (câmara baixa do Parlamento britânico) para investigar a administração e os serviços do museu. Panizzi (1841) apud MEY (1995, p. 19-22)

¹ Obra traduzida para o Português e publicada por MEY, 1995, p. 12-35)

apresentou suas 91 regras de catalogação e teve que defendê-las em várias audiências, vindo a convencer os membros da comissão em 1839, quando as regras foram aprovadas. Ao que consta, nunca houve tanto interesse por questões biblioteconômicas; os teóricos seguintes foram influenciados por Panizzi.

A noção de obra como modo de reunir documentos – implementada pela primeira vez pela Biblioteca Bodleyana, da Universidade de Oxford, Inglaterra, em 1732² – foi sistematizada por Panizzi um século depois, como segue:

O Catálogo deve ser visto como um *todo*. O livro procurado por uma pessoa não é realmente, na maioria das vezes, o objeto de seu interesse, mas a *obra* nele contida; esta *obra* pode ser encontrada em outras edições, traduções e versões, publicada sob diferentes nomes do autor e diferentes títulos e, conseqüentemente, para servir bem ao usuário, o Catálogo deve ser planejado para revelar todas as edições, versões, etc. das obras, bem como outras obras geneticamente relacionadas que existem na biblioteca (*griffo* da autora) (FIUZA, 1987, p. 46).

Quanto às funções que um catálogo deve realizar para atingir seus objetivos, segundo as 91 regras de Panizzi, tem-se que:

1. um livro deve ser considerado e representado no catálogo, não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinada obra, de um determinado autor;
2. todas as obras de um autor, e suas edições, devem ser entradas sob um nome definido, usualmente o nome original do autor, independentemente dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes obras e edições;
3. todas as edições e traduções de uma obra, independentemente de seus títulos individuais, devem ter entradas sob seu título original, numa ordem prescrita (edições cronologicamente, traduções por língua, etc.) de maneira que a pessoa em busca de um livro em particular, encontre-o junto com as outras edições, dando ensejo a uma escolha da edição que melhor sirva a seus objetivos.
4. referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada (FIUZA, 1987, p. 47).

Cutter publicou as *Rules for a Dictionary Catalogue* nos Estados Unidos em 1876, as quais são consideradas uma verdadeira declaração de princípios (MEY, 1995, p. 21). Segundo Garrido Arilla (1996, p.92), os princípios propostos por Cutter são a base da Catalogação americana³.

² Segundo Malinconico (1977), citado por Fiuza (1980, p. 140).

³ Inferimos que a autora se refira mais especificamente à Catalogação estadunidense, embora esta em geral apresente abrangência norte-americana.

A produção e venda de fichas catalográficas pela *Library of Congress (LC)*, a partir de 1901, influenciou a revisão dos códigos ao promover o distanciamento dos princípios até então enunciados (MEY, 1995, p. 23). Cutter, na 4ª edição de suas regras, diz que as preocupações teóricas foram subordinadas às considerações práticas da adoção das fichas da LC (FIUZA, 1980, p. 142-143).

Foi neste contexto que Seymour Lubetzky, da LC, realizou estudo crítico dos códigos de catalogação existentes, publicado em 1953. Neste estudo, Lubetzky manifestou seu rechaço por alguns códigos complexos e carregados de inumeráveis casos e fundamentou o trabalho de catalogação sobre princípios ou condições, menos que sobre casos. Em 1960, este pesquisador publicou um código em que expõe uma drástica redução de regras e uma saída do ‘formalismo’ para o ‘funcionalismo’. A Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris em 1961, após muitas discussões, aprovou a Declaração de Princípios (também conhecida como Princípios de Paris) produzida por Lubetzky. A partir da Declaração de Princípios, muitas regras de catalogação foram revisadas, como as várias europeias, as americanas⁴ e até as japonesas (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 103 e 108).

Lubetzky é considerado um dos grandes teóricos do período, sendo fortemente influenciado por Ranganathan. Este, por sua vez, realizou um estudo comparativo sobre vários códigos e escreveu trabalhos sobre catalogação e catálogos classificados entre os anos 1930 e 1960, contribuindo também para a elaboração do *Anglo-American Cataloguing Rules (AACR)* (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 99).

A partir da metade do século XX, a normalização da catalogação em nível internacional tornou-se premente, dado o aumento da produção científica, que exigia catalogação cooperativa e intercâmbio de registros bibliográficos, e os recursos tecnológicos em desenvolvimento, que se mostravam potencialmente adequados a este fim.

A *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* promoveu estudos que levaram à proposta de padrões mais estruturados para a descrição bibliográfica. Assim, Michael Gorman, da *British Library*, realizou estudo sobre os métodos de catalogação adotados por bibliografias nacionais, dando origem a *International Standard Bibliographic Description - Monographies - ISBD(M)*, apresentada em 1971 e publicada oficialmente em 1974. A ISBD inovou ao especificar os elementos necessários para a descrição de um documento, a ordenação e os agrupamentos mais adequados dos elementos da descrição e a separação destes elementos por pontuação fixa (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 113-114).

O objetivo fundamental da ISBD foi o de favorecer a comunicação internacional da informação bibliográfica ao fornecer uma descrição normalizada de todos os documentos, superar as barreiras linguísticas e operar a conversão desta informação de maneira que pudesse ser lida por meio de máquinas. Deste modo, constituiu-se como o principal programa no exercício da catalogação. A ISBD não apresenta indicações para os pontos de acesso, os quais devem ser determinados pelos códigos de catalogação nacionais. Na ISBD, o conceito de unidade bibliográfica – debatido na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, como tratamos adiante – é retomado, referindo-se a todo documento, conjunto de documentos ou parte de um documento que é suscetível de receber uma descrição bibliográfica (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 113, 114, 116).

⁴ Do mesmo modo, entendemos que a autora faça menção às regras de catalogação produzidas nos Estados Unidos.

Desse modo, surgiu a preocupação em se produzir ISBD específicas que, segundo a IFLA (2003, p. v-vii), deveriam incluir artigos de periódicos, capítulos e outras partes de monografias, faixas individuais de gravações de som e outros tipos de ‘obras sobre obras’. A proposta teve como resultado um longo trabalho (10 anos desde que a ideia foi aprovada em 1977), em grande medida em função da existência de duas comunidades que, no decorrer do tempo, estabeleceram práticas e tradições diferentes com respeito à descrição bibliográfica: a comunidade de bibliotecas, por um lado, com sua catalogação tradicional e, por outro, a comunidade de indexação e resumos em suas práticas de citação. Na ISBD consolidada (IFLA, 2007, p. vii), o apêndice A trata da descrição multinível como uma entre um número de escolhas para a descrição bibliográfica de partes e inclui as orientações da ISBD para descrição de partes componentes, as quais foram produto do trabalho citado.

O primeiro código redigido segundo os novos critérios propostos internacionalmente pela ISBD foi o AACR2, publicado em 1978. Uma das mudanças principais proporcionadas pela ISBD foi quanto à sua estrutura: pela primeira vez em 90 anos, um código de catalogação tem seu início pela descrição dos documentos para depois partir para a indicação dos pontos de acesso à mesma. O AACR2 ganhou ampla difusão internacional, mas não obteve o título de norma única como se pretendia em função de outras normas com identidade clara e grande influência em outras áreas culturais e geográficas, como as regras japonesas e as alemãs (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 117-119).

O início da informatização dos processos de catalogação contribuiu para que a criação dos formatos de registro bibliográfico e a revisão dos códigos de catalogação não fossem acompanhadas, significativamente, por reflexões sobre princípios. Para Michael Gorman (1968 *apud* BARBOSA, 1978, p. 25), após o período que corresponde às contribuições de Panizzi e Cutter até Lubetzky – segundo ele ‘os três gênios da Catalogação’ – nada mais foi feito a favor de regras mais intuitivas que se tornassem compatíveis com o conhecimento dos usuários do catálogo.

Dez anos depois, Lubetzky afirmou que as possibilidades tecnológicas e combinatórias do computador são funções básicas do catálogo, porém não substituem as práticas bibliotecárias. Entendia que se tratava de ocasião propícia para uma reconsideração dos objetivos catalográficos e dos meios de atingi-los, mas não para o abandono das ideias adotadas no passado (LUBETZKY, 1979 *apud* FIUZA, 1987, p. 50). De fato, segundo Garrido Arilla (1996, p. 147), estas inovações tecnológicas repercutem na maneira de confeccionar o registro, mas não muito no processo intelectual adotado na catalogação.

A história da Catalogação permite constatar a forte influência de condicionantes econômicos, políticos e tecnológicos em seu desenvolvimento. Os princípios de Catalogação propostos por Panizzi, e os debates que os mesmos provocaram, ambos na metade do século XIX, e suas decorrências durante o século XX, foram secundarizados em ao menos dois momentos: quando o aproveitamento da produção de fichas catalográficas nos Estados Unidos a partir de 1901 mostrou-se mais econômico; e quando o esforço para o uso dos computadores a partir dos anos 1960, junto à dificuldade de compreender e antever seus recursos, promoveu o obscurecimento do que precisaria ser contemplado pela máquina. Esses dois momentos deflagram a emergência da perspectiva tecnicista da Catalogação, que é marca de uma das abordagens atribuídas à Biblioteconomia.

Dos princípios de Catalogação ao modelo conceitual FRBR

O quadro configurado pela ausência de debates mais intensos e amplos sobre princípios de Catalogação apresentou mudanças a partir dos anos 1990, quando a IFLA criou grupo de estudo que, em 1998, apresentou seu relatório final sobre os FRBR, modelo conceitual que define requisitos funcionais para registros bibliográficos. Modelos conceituais anteriores, como os estudos de Svenonius (1992) e outros (RÍOS HILARIO, 2003, p. 48-69), representam reflexões e propostas continuamente realizadas sobre o tema.

O estudo que produziu o modelo FRBR (IFLA, 1998) voltou-se ao desenvolvimento de uma estrutura que identificasse e definisse com clareza as entidades de interesse para usuários de registros bibliográficos, os atributos de cada entidade e os tipos de relacionamento entre as entidades. A entidade⁵ é definida como algo que pode ser identificado de forma isolada enquanto objeto-chave de interesse de usuários. Como o modelo opera no nível conceitual, não é um modelo de dados desenvolvido completamente. Também independe de um código de catalogação em particular, pois foi proposto com o objetivo de que os responsáveis pelo desenvolvimento de códigos de catalogação nacionais o tomassem como base para realizar adaptações que refletissem os princípios operativos adequados ao seu contexto cultural e tradição bibliográfica.

As 10 entidades do modelo FRBR dividem-se em três grandes grupos. Para o objetivo desse artigo, destacamos o Grupo 1, que compreende os produtos dos esforços intelectuais ou artísticos descritos nos registros bibliográficos: obra, expressão, manifestação e item. As entidades do Grupo 1 formam a base do modelo e de sua metodologia, partindo de um conceito abstrato até o objeto físico que pode contê-lo. As entidades definidas como obra e expressão refletem o conteúdo artístico e intelectual, e as definidas como manifestação e item refletem a forma física.

A obra é definida como uma criação inequívoca intelectual ou artística; é uma entidade abstrata, não um objeto material. A expressão é a realização intelectual ou artística de uma obra; compreende as palavras, frases, parágrafos etc. específicos, que são o resultado da realização ou expressão de uma obra e possibilitam a distinção entre uma realização e outra da mesma obra. A manifestação é a representação física da expressão de uma obra, ou seja, a publicação da expressão. O item é um único exemplar de uma manifestação (RÍOS HILARIO, 2003, p. 69-80).

Um dos pontos relevantes do modelo é a possibilidade de apresentação dos registros bibliográficos segundo as entidades do Grupo 1. Como as manifestações e as expressões de uma obra são agrupadas, o usuário consegue mais facilmente fazer a seleção a partir dos diversos itens que o acervo possui para a mesma obra, como propôs Panizzi. Por exemplo (MORENO, 2006, p. 114): o resultado da busca pelos registros dos livros relativos à obra ABC de Castro Alves, de autoria de Jorge Amado, agrupa os mesmos do seguinte modo: por expressão (forma: texto-francês, texto-português etc.) e, dentro deste grupo, por manifestação (edição: 19-- , 1984 etc.). Caberia ainda elencar os itens, dentro de cada manifestação.

Vários autores recuperaram os primeiros teóricos da Catalogação ao tratar do modelo FRBR, como segue.

Para Denton (2003), o modelo FRBR incorpora as leis fundamentais e os objetivos da catalogação e da Biblioteconomia, como estabelecidos por Panizzi, Cutter, Lubetzky e

⁵ O termo 'entidade' compõe a terminologia da Ciência da Computação. É grandemente utilizado para representar transações, no caso dos sistemas administrativos.

Ranganathan, considerados os pioneiros na teorização sobre catalogação, segundo tratamos anteriormente. Maurice Freedman (*apud* DENTON, 2003) resumiu as principais ideias sobre o objetivo de um catálogo, propostas por Panizzi, como citamos anteriormente:

- mostrar as obras de um autor de modo que o usuário possa conhecer todas as obras deste autor;
- identificar e distinguir determinadas edições, traduções, etc. de uma obra, de forma que estas diferentes edições, traduções etc., de uma determinada obra, não sejam confundidas entre si; e
- reunir todas as edições etc. de uma obra de forma que um usuário que esteja procurando por determinada publicação não apenas a localize, mas também seja apresentado a esta publicação, a todas as edições etc. da obra representada por ela, como também a obras a ela relacionadas.

Denton (2003) propõe reformular os princípios acima, usando palavras FRBR:

- relacionar as obras de um autor de forma que o usuário possa conhecer todas as obras deste autor;
- identificar e distinguir expressões particulares e manifestações de determinada obra de forma que não sejam confundidas entre si; e
- reunir todas as obras e suas expressões e manifestações, de forma que um usuário que esteja procurando determinada publicação não apenas a encontre, mas também veja todas as outras entidades relacionadas na hierarquia, e outras obras relacionadas à obra em questão.

Tillett (1988; 1989) *apud* RÍOS HILARIO (2003, p. 45) também recupera Panizzi e relaciona suas ideias às do modelo FRBR. Segundo ela, Panizzi defendeu o catálogo da biblioteca como o instrumento vital para acessar os documentos que a compõem. Suas regras refletem uma estrutura conceitual baseada em registros únicos e completos para cada documento catalogado, e três classes de referências cruzadas para vincular a entrada escolhida pelo usuário à entrada de acesso ao catálogo. A estrutura conceitual de um catálogo é a estrutura que descreve o que deve ser incluído nele, os elementos necessários para descrever os documentos e a ordem em que devem ser apresentados, assim como os vínculos ou *links* que devem ser criados entre estes documentos. Esta estrutura conceitual do catálogo consiste, portanto, em ‘registros’ compostos de ‘elementos de dados’ e de ‘conexões’ entre registros. Os registros conectados formam ‘agrupamentos’ que compartilham um tipo particular de relação. Os registros são elaborados para descrever entidades bibliográficas e para controlar os assuntos e os nomes usados como pontos de acesso, incluindo: nomes de pessoas, de entidades coletivas, nomes geográficos e de congressos, assim como os títulos, sobretudo os títulos de obras ou partes de obras.

Se cabe dizer que Panizzi, de algum modo, antecipou o modelo entidade-relacionamento, caberia também esclarecer a escolha deste modelo para a proposta do FRBR, já que os argumentos recaem sobre a necessidade de uso de metodologias relacionadas a operações com tecnologia eletrônica. Contudo, os catálogos em fichas de papel são também uma solução tecnológica, como é intrínseco aos produtos documentários, e implementam a concepção geral do modelo entidade-relacionamento ao modo dos princípios de Panizzi.

O modelo FRBR tem influenciado os diversos instrumentos para produção de registros, como códigos de catalogação, norma internacional de descrição bibliográfica, formatos de registro bibliográfico e esquemas de metadados, inclusive no campo arquivístico e museológico. No entanto, considerando que o FRBR não é um padrão para a produção de bases de dados, questionamos as aplicações que fazem uso das entidades obra e expressão na forma de registros, uma vez que estas entidades não contemplam diretamente os objetivos de recuperação da informação (um registro de uma obra caberia, por exemplo, em uma representação para fins de estudos literários). As noções de obra e de expressão são necessárias para a elaboração do registro, mas este corresponde efetivamente a uma manifestação, podendo ou não incluir dados relativos ao item, dependendo do objetivo do sistema. Trata-se, portanto, de pensar a obra em sua materialidade e sob o ponto de vista informacional.

A abordagem da ISBD consolidada (versão preliminar de 2007) mostra-se coerente quanto às especificidades funcionais dos registros das bases de dados. Segundo a mesma, em geral, a ISBD é aplicada para descrever manifestações por meio da descrição de cada item em mãos como um exemplar de uma manifestação inteira, conforme terminologia FRBR. Com isto, a ISBD aplica a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, que estabelece que “Registros bibliográficos devem tipicamente refletir manifestações” (IFLA, 2007, p. viii). Como exemplo de aplicação normativa, temos o Título Uniforme, ponto de acesso prescrito pelo AACR2, que tem a função de evidenciar a obra representada no documento, mas não se confunde com a ideia abstrata de conteúdo intelectual ou artístico.

Os estudos sobre Catalogação e o uso de normas no contexto da comunidade de bibliotecas ganharam dimensão praticamente internacional. Embora a abordagem da comunidade de bibliotecas possua maior acúmulo de literatura e debates, há outras iniciativas que contribuem em vários aspectos para o quadro teórico-prático da Catalogação, como aquelas desenvolvidas para áreas especializadas do conhecimento, tratadas a seguir.

Do princípio monográfico proposto por Otlet à unidade documentária

As ideias de Panizzi propostas na metade do século XIX na Inglaterra foram continuadas por Cutter e outros nos Estados Unidos, levando à sedimentação da linha anglo-americana de Catalogação. Em sua produção teórica e prática, Otlet baseou-se nas regras anglo-americanas de catalogação e, a partir do princípio monográfico, criou a semente do que Suzanne Briet (1951) denominou como unidade documentária.

Os advogados Otlet e La Fontaine foram os mentores do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB)⁶, criado em 1895, na Bélgica, e do Repertório Bibliográfico Universal (RBU), cujo projeto foi proposto no mesmo ano. Segundo Fayet-Scribe (2001, p. 77), para a elaboração do RBU, as normas catalográficas e o formato da ficha de 7,5 por 12 cm foram inspirados nas normas anglo-saxãs.

⁶ O IIB teve seu nome alterado para Instituto Internacional de Documentação (IID) em 1931, e para Federação Internacional de Documentação (FID) em 1937. A partir de 1986, recebeu a denominação Federação Internacional de Informação e Documentação, mantendo a sigla original. A FID foi dissolvida em 2002. (Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/fidhist.html>>. Acesso em: 17 jan. 2011).

Santos (2007) discorre sobre a noção de princípio monográfico proposta por Otlet no Tratado de Documentação (1934), o qual trata dos princípios para constituição da Enciclopédia Documentária ou o Livro Universal, que seria a grande síntese do conhecimento, juntamente com o RBU:

O livro é tradicionalmente formado por folhas encadernadas, porém o conteúdo de um livro pode ser representado numa única linha contínua, seccionada em partes iguais que correspondem às páginas. Esta divisão é material; não concorda com a divisão intelectual das ideias (capítulos, seções, parágrafos, alíneas).

A disposição sob forma de folhas ou fichas móveis não encadernadas permite obter as vantagens dos três seguintes princípios:

a) Princípio da monografia: cada elemento intelectual de um livro é (depois de ser seccionado do conjunto do texto) incorporado num elemento material correspondente;

b) Princípio da continuidade e da pluralidade da elaboração: quando um livro é elaborado intelectualmente por um ou vários colaboradores, ele termina na sua última página, as fichas permitem o trabalho de um número ilimitado de pessoas e nunca é considerado uma obra acabada;

c) Princípio da multiplicação dos dados: para que figurem os diversos dados nas diversas ordens de classificação (por exemplo, as ordens ideológicas, geográficas, cronológicas, etc.) multiplicam-se as fichas dos mesmos (OTLET, 1934, p. 385-386, *apud* SANTOS, 2007, p. 56).

Segundo Santos (2007, p. 56), o princípio da monografia ou o princípio monográfico caracteriza-se como o procedimento pelo qual é produzida a coincidência entre o ‘elemento intelectual’ e o suporte físico da informação. Ela afirma que, na prática, tratava-se de extrair dos textos aquilo que era considerado novo e informativo e compor um novo volume, constituído de fichas ou folhas soltas, obtendo-se, assim, uma nova unidade autônoma de informação. O princípio monográfico refere-se à extração das unidades intelectuais ou ‘verdades originais’ da linearidade do texto por meio de sua fragmentação, selecionando-as segundo necessidades contextuais (SANTOS, 2007, p. 62).

Na visão de Otlet, a reiteração deveria ser suprimida em favor da objetivação da informação, de modo a promover a economia do tempo do leitor. O objetivo principal era o de selecionar os dados que poderiam, posteriormente, ser tratados por meio dos dois outros princípios citados: o princípio da continuidade e da pluralidade da elaboração, que consiste na redação de fichas analíticas, com campos de dados padronizados que servem para acrescentar dados objetivos sobre o texto analisado, tais como autoria, título, etc., que indiquem a origem da informação tratada; e o princípio da multiplicação dos dados, que trata da duplicação das fichas de acesso à informação, intercalando-as sob as rubricas das várias facetas da Classificação Decimal Universal (CDU), o que possibilita o acesso à informação por vários pontos do sistema (SANTOS, 2007, p. 56).

Para ela (2007, p. 62), “os objetos informacionais, elaborados segundo o Princípio Monográfico, assemelham-se aos registros das bases de dados e aos objetos hipertextuais, porque são unidades de informação que podem ser compreendidas isoladamente”. Santos (2006) trabalha com a ideia

de Otlet de que o princípio monográfico seria resultado da tensão entre fragmentação (análise) e totalidade (síntese). Afirma que este princípio é a principal contribuição de Otlet para a Documentação e, posteriormente, para a Ciência da Informação.

Otlet (1996, p. 46), ao tratar das características do livro e do documento quanto à documentação, afirma: “...a unidade será o livro, seus múltiplos serão os conjuntos formados pelo livro como as coleções (bibliotecas) e seus submúltiplos serão divisões como suas partes (capítulos etc.)”.

Mais recentemente, Fondin (1998, p. 26-28) parte da ideia de uma estrutura baseada em entidade física⁷ (conjunto), extratos da entidade (subconjuntos) e reagrupamento de entidades (sobreconjunto), que, muito provavelmente, foi desenvolvida a partir da proposta de Otlet. Assim como em outros textos franceses e espanhóis, a concepção otletiana está incorporada ao campo, mas as obras de Otlet não são citadas. Deste modo:

Livro e documento, por Otlet	Objetos do tratamento, por Fondin
<ul style="list-style-type: none"> • Múltiplos (conjuntos formados pelo livro, ou seja, coleções como as de bibliotecas e outros) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reagrupamento de entidades (sobreconjunto)
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade (livro) 	<ul style="list-style-type: none"> • Entidade física (conjunto)
<ul style="list-style-type: none"> • Submúltiplos (divisões como partes dos livros do tipo capítulos etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> • Extratos da entidade (subconjuntos)

Quadro 1: Comparação entre características do livro e do documento, segundo Otlet (1996, p. 46) e objetos do tratamento documentário, segundo Fondin (1998, p. 26-28).

Fazendo uso desta abordagem de Fondin, temos que o tratamento da entidade física no seu todo refere-se a um tratamento do conjunto.

Segundo Fondin, no decorrer do século XX, a constatação da riqueza dos conteúdos dos documentos, da variedade das contribuições, da multiplicidade de olhares e de necessidades, e da especificidade de cada elemento, levou à superação da noção de entidade (física) como único objeto de tratamento documentário. O objeto passou a ser o resultado de uma divisão de uma entidade em função de necessidades previamente definidas. Segundo ele, esta divisão é arbitrária, mas não incoerente, pois ela corresponde a um projeto. Para Fondin, desde então não se trabalhou mais a partir de uma adequação sistemática entre continente e conteúdo⁸, pois a um continente podem corresponder diversas unidades específicas, a que ele denomina itens documentários⁹. Considerando a informação útil que veicula, cada item documentário pode ser o objeto de um tratamento no âmbito do sistema, independentemente da entidade fonte. Fondin

⁷ Não se refere ao termo ‘entidade’ adotado pela Ciência da Computação e incorporado ao modelo FRBR.

⁸ Os termos ‘continente’ e ‘conteúdo’ são tratados por Otlet no Tratado de Documentação, e utilizados por diversos autores europeus nas últimas décadas.

⁹ O termo ‘item documentário’ não tem relação com ‘item’ do modelo FRBR que corresponde ao exemplar de uma ‘manifestação’ de uma ‘obra’.

afirma que a ausência de correspondência exclusiva entre a entidade (física) – o documento na acepção clássica – e a informação útil – a que corresponde o item documentário, é uma das características da atividade propriamente documentária. Desta forma, no caso dos documentos produzidos com intenção informativa (documento por intenção, segundo o autor, como tratamos em ORTEGA ; LARA, 2010a), os itens documentários possíveis são o artigo de periódico ou qualquer parte de um livro, relatório, disco ou filme. Neste caso, temos o tratamento dos subconjuntos de uma entidade editorial.

Sendo a entidade (física) e o item documentário os elementos componentes das coleções de documentos, Fondin entende que, em alguns casos, pode-se considerar necessário o reagrupamento destes elementos em função de seu conteúdo por algum critério que seja temático, geográfico ou outro, apresentando como resultado os dossiês documentários. Os dossiês enciclopédicos documentários fazem parte da proposta da enciclopédia de Otlet compondo extratos ou recortes de livros, publicações periódicas, notas manuscritas e outros que eram reunidos em pastas, segundo um tema de interesse (OTLET, 1996, p. 409)¹⁰. Para Fondin, os dossiês são documentos reunidos por assuntos para atender a uma determinada demanda de usuários ou são organizados previamente a demandas segundo a vocação do serviço de informação. Segundo ele, os dossiês devem ser identificados e tratados globalmente, mas não se confundem com a abordagem arquivística, na qual a noção se apresenta como resultado da atividade de uma pessoa física ou moral e é constitutiva de fundos de arquivo. Nesse caso, temos o tratamento dos sobreconjuntos.

Se, em um primeiro olhar, não há equivalência entre o sobreconjunto de Fondin e os múltiplos de Otlet (Quadro 1), em sentido amplo referem-se às coleções de interesse do usuário, sejam dossiês documentários ou coleções inteiras de bibliotecas.

Segundo Fondin (1998, p. 28-29), na prática, o especialista deve, a cada instante, escolher a unidade documentária a registrar no sistema, tratar a entidade (física) e o item documentário (parte da entidade física) que possuem a informação útil separadamente e em complementaridade, identificando e descrevendo estas duas unidades já que a correspondência não é mais evidente (tecnicamente, trata-se de dois circuitos de informação). Também significa que o usuário não pode acessar diretamente os itens que não coincidem com a entidade (física), como o artigo de periódico, por exemplo, fazendo-se necessário recorrer a intermediários como arquivos de artigos ou bancos de dados referenciais.

A noção de unidade documentária permite ao profissional e ao usuário a operação e o uso do documento por considerá-lo a partir de seus componentes, como propomos a seguir (ORTEGA, 2008, p. 10, 12): unidade física documental (ou objeto físico informacional, ou seja, a parte material e, portanto, manipulável do documento); unidades documentárias (unidades informacionais básicas passíveis de representação); e conteúdos (informação propriamente dita registrada nestas unidades).

Para a identificação da unidade física, há relativo consenso. A unidade documentária é a que atribuímos a Otlet e a seus desenvolvimentos posteriores. Os conteúdos relacionam-se às informações da unidade documentária, ou seja, aquelas que são produto da representação descritiva e da representação temática.

¹⁰ Nos tradicionais centros de documentação, é comum a atividade de organização de pastas de documentos que tratam de um mesmo tema de interesse aos usuários da instituição, em geral relacionado a um fato ou evento como *papers* e *folders* de um mesmo congresso, ou relatórios, editais e outros documentos relativos a um projeto. Deste modo, na elaboração dos registros das bases de dados, não é necessário que cada documento da pasta corresponda a um registro, pois a unidade documentária de interesse é o fato ou evento que originou a reunião destes documentos.

Apesar de uma unidade física ser eventualmente a própria unidade documentária, as mesmas são conceitualmente distintas. A unidade física pode coincidir com a unidade documentária (como no caso de uma monografia) ou conter várias unidades documentárias (como os artigos de um periódico). Em uma base de dados factual (do tipo cadastral, por exemplo), a unidade física é a base de dados no seu todo, e as unidades documentárias são cada um dos registros que compõem a base de dados. Os conteúdos são atribuídos segundo cada unidade documentária que levou à produção de um registro.

A estrutura do registro (que é física, concreta) é dependente da estrutura da unidade documentária (que é abstrata, conceitual), uma vez que o registro corresponde a uma instância física e a unidade documentária é identificada a partir da tipologia documental. Lafuente López e Garduño Vera (2001, p. 98-100) tratam das tipologias de documentos adotadas por uma biblioteca digital para a estruturação de seus acervos. Indicam a necessidade de uma tipologia que se refira às características estruturais do documento, que possa definir e anotar o texto digital de que é composto.

Para Lafuente López e Garduño Vera, as estruturas lógicas de um tipo de documento são construídas a partir da abstração de suas características essenciais para distingui-lo de todos os demais tipos. Junto a isso, um tipo de documento é delimitado conceitualmente a partir de parâmetros relativos à perspectiva de quem determina a abstração do documento. Ou seja, segundo eles, para definir um tipo de documento é necessário em um primeiro momento determinar, com precisão, qual é a finalidade que se pretende cumprir e qual é o tipo de serviço que servirá como meio para cumprir metas e fins.

Para esses autores, as definições de tipo de documento objetivam contribuir para a clareza na comunicação porque introduzem a uniformidade necessária para que os textos conformem acervos consistentes. Estas definições não são imutáveis, estáticas e de aplicação universal, mas sim o resultado da confluência entre a autoridade acadêmica, o uso comum, a necessidade de resolver problemas específicos de edição e as necessidades de difusão.

Anteriormente à noção de estrutura presente nos textos sobre bibliotecas digitais, foi publicado, em 1974, o Manual de Referência para Descrições Bibliográficas Legíveis por Máquina do *United Nations International System for Information in Science and Technology (Unisist)*, que tinha inicialmente o objetivo de ser usado pelos serviços de indexação e resumos, mas com a expectativa de encontrar outras aplicações no campo do processamento e intercâmbio de informação (Unesco, 1986, p. 0.1). O Manual e os formatos derivados caracterizam-se pela estruturação do registro por níveis, como modo mais adequado à representação da informação bibliográfica. Nessa proposta (p. 1.3.2 e 1.3.3), o registro é considerado em seu nível mais baixo (menos inclusivo) por representar o documento ou parte para o qual o registro bibliográfico foi criado. Por exemplo, um registro que descreve um capítulo de uma monografia, que é um volume em uma série, conterá uma parte analítica para o capítulo, uma parte monográfica para o volume e uma parte seriada para a série.

Esta proposta reflete abordagem voltada à noção de assunto e apresenta modelo para estruturação do registro.

A unidade documentária: entre a noção de obra e a de assunto

Durante a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, ocorreu debate relativo às finalidades que deveriam ser atendidas pelo catálogo (FIUZA, 1980, p. 145-149). Para Eva Verona, bibliotecária iugoslava representante de seu país na Conferência, o catálogo deve ser um instrumento que informe: se uma certa unidade bibliográfica, isto é, um determinado livro ou uma determinada edição de uma determinada obra, existe na biblioteca; que edições, traduções, etc., de uma determinada obra ou unidade literária existem na biblioteca; e que publicações de um determinado autor existem na biblioteca. Verona considerava que o catálogo deve atender, em primeiro lugar, às necessidades da maioria dos usuários e acreditava que essa maioria está interessada em encontrar um item em particular. Por sua vez, Lubetzky defendia o ponto de vista de que é essencial que o catálogo permita ao usuário verificar, com certeza, se na biblioteca existe ou não uma obra determinada e selecionar a edição da obra que sirva melhor à sua finalidade. O assunto foi muito debatido, e optou-se por uma estrutura com flexibilidade e abrangência que atendessem às necessidades dos vários tipos de usuário.

Em termos de catalogação, fazer uso do conceito de unidade bibliográfica implica redigir o título tal como está na página de rosto de um livro, ao passo que fazer uso do conceito de unidade literária implica utilizar o campo Título Uniforme, denominação que engloba as diversas edições, traduções etc. de uma obra. Do mesmo modo, para a referência bibliográfica que apresenta a data da publicação do documento em mãos, tem-se a unidade bibliográfica, e para o caso da data da publicação original da obra, tem-se a unidade literária.

Os conceitos de unidade bibliográfica e de unidade literária constituem o modelo FRBR, embora não explicitamente. Do mesmo modo, estes conceitos se relacionam à noção de unidade documentária.

A aplicação das categorias abstratas ‘obra’ e ‘expressão’ do modelo FRBR facilita a tarefa de busca pelos usuários e de compreensão dos registros apresentados, em especial de registros de documentos de caráter artístico (literário, musical). O modelo FRBR retoma o conceito de obra proposto por Panizzi e presente em instrumentos como o AACR2. Este modelo apura o sentido da forma física que representa algo de caráter simbólico, mas não se debruça sobre a unidade documentária e sua característica estrutural (o que se justifica em parte, já que não é modelo para produção de bases de dados).

A concepção proposta pelo Manual de Referência do Unisist, por sua vez, orienta-se aos vários níveis de estruturação do registro (mais tarde presente em alguma medida na ISBD) e dá conta da noção de unidade documentária. A ideia colocada inicialmente parece ter sido a de Otlet relativa aos múltiplos, unidades ou submúltiplos do livro e documento. Neste caso, a preocupação com a representação dos assuntos conduziu ao movimento para identificação das características da unidade documentária como conjunto de elementos informativos passível de ser considerado separadamente e que, por este motivo, pode ser de interesse de determinados grupos de usuários. Deste modo, como apresentamos inicialmente, um registro pode corresponder a um documento, a partes de um documento, a documentos em seu conjunto, ou a dados esparsos (no caso dos dossiês e das bases de dados cadastrais, por exemplo).

Enquanto o modelo FRBR não explicita a representação dos níveis do registro, o modelo proposto pelo Unisist não inclui a noção de obra: não há abundância de variações de expressões e manifestações de uma obra no campo científico tanto quanto no campo da produção artística, e quando o há, são mais diretamente identificáveis.

Contextualizando esses modelos, supomos que a abordagem informacional de Otlet tendia para a informação científica, em acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico que caracterizou o século XX. Já o modelo FRBR é herdeiro dos debates sobre princípios de

Catálogo, os quais se sedimentaram no contexto das necessidades de gestão de bibliotecas públicas e universitárias. A ênfase no tratamento das partes informativas dos documentos científicos, por um lado, ou na gestão de acervos, por outro, levou à criação e manutenção de metodologias próprias e de comunidades distintas, embora com algum nível de interrelação entre elas.

No entanto, o cenário desenhado por essas duas concepções, respectivamente sob o predomínio da comunidade de bibliotecas e dos serviços e redes de informação científica, vem tomando novos contornos desde as últimas décadas. Sendo assim, as noções de assunto e de obra não se opõem, pois não se configuram como aspectos auto-exclusivos da organização da informação, mas devem existir conjuntamente nas metodologias documentárias visando a identificação da unidade documentária a partir da qual o registro de informação é construído.

O princípio monográfico é a ideia que levou à constituição da noção de unidade documentária, a qual se aproxima da noção de unidade bibliográfica. A unidade documentária é representada fisicamente pelo registro de informação, a partir da caracterização da tipologia documental. Para este trabalho, importa especialmente a constatação de que a identificação da unidade documentária é necessária à construção do registro de informação e se dá por meio de metodologias que permitam considerar de modo criterioso as tipologias documentais, o contexto institucional e seus públicos.

Considerações finais

O processo documentário foi tema de debates e de práticas cuja ênfase se alternou no decorrer do tempo em torno das noções de assunto e de obra/item. No século XIX, Panizzi recuperou a noção de obra para fins de catalogação, enquanto Otlet, preocupado com o controle bibliográfico, centrou-se nos processos e instrumentos que viabilizassem a representação e a recuperação dos assuntos dos documentos. O século XX foi marcado pela elaboração de produtos que indicam a continuidade destas iniciativas, como o catálogo alfabético e o catálogo sistemático, e os catálogos de bibliotecas e as bibliografias, as quais foram depois substituídas pelas bases de dados bibliográficas.

Os fatos históricos, princípios e normas anglo-americanos são muitas vezes considerados os referenciais teóricos e práticos da Catalogação embora não constituam, propriamente, corrente única. Além disso, correspondem efetivamente à Catalogação estadunidense, uma vez que debates, textos, normas e manuais de Catalogação mais disseminados referem-se aos produzidos de modo sistemático nos Estados Unidos. Contudo, estes materiais apresentam principalmente fatos históricos e orientações sobre o uso de regras, enquanto que, comparativamente aos aportes europeus identificados sob o termo de unidade documentária, observamos desenvolvimento de conceitos que visam a aplicação para uma diversidade de contextos. É inegável, no entanto, o acúmulo teórico-prático apresentado pela corrente estadunidense e sua influência geográfica e cultural.

A noção de estrutura evidencia-se nos princípios sistematizados para a identificação da unidade documentária, o que foi tratado em outro artigo. Dada a necessidade de aprofundamento sobre os fundamentos da Catalogação para avanço do conhecimento sobre produção de bases de dados bibliográficas, importa explorar conceitos pertinentes, como nos propusemos nestes trabalhos.

Artigo recebido em 26/10/2010 e aprovado em 19/11/2010.

Referências

BARBOSA, A. P. *Novos rumos da catalogação*. Rio de Janeiro: BNG, 1978. (Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação).

BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit, 1951. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

DENTON, W. *FRBR and fundamental cataloguing rules*. [S.l.]: Miskatonic University Press, 2003. Disponível em: <<http://www.miskatonic.org/library/frbr.html>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

FAYET-SCRIBE, S. *Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937*. Paris: CNRS Editions, 2001. (CNRS Histoire).

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. *Guidelines for the application of the ISBDs to the description of components parts*. Washington, D. C.: Cataloging Directorate, Library of Congress, 2003. Reprodução com correções da edição de 1988. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/cataloguing/isbd/component-parts.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

FIUZA, M. M. Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 9, n. 2, p. 139-158, 1980.

_____. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 16, n. 1, p. 43-53, 1987.

FONDIN, H. *Le traitement numérique des documents*. Paris: Hermès, 1998.

GARRIDO ARILLA, M. R. *Teoría e historia de la catalogación de documentos*. Madrid: Síntesis, 1996.

_____. *Functional requirements for bibliographic records: final report*. München: K. G. Saur, 1998. (UBCIM Publications, New Series, v. 19). Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/cataloguing/frbr/frbr.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____. *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*. München: K.G. Saur, 2007. (IFLA series on bibliographic control, v. 31). Edição consolidada preliminar. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/isbd/isbd-cons_2007-en.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2011.

LAFUENTE LÓPEZ, R.; GARDUÑO VERA, R. *Lenguajes de marcado de documentos digitales de carácter bibliográfico*. México: UNAM, 2001. (Sistematización de la Información Documental).

MEY, E. S. A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MORENO, F. P. *FRBR-Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Informação)- Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00006330/>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

ORTEGA, C. D. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. *Transinformação*, v. 20, n. 1, p. 7-15, 2008.

_____. ; LARA, M. L. G. de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. *DataGramZero*, v. 11, n. 2, 2010a.

_____. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. *Transinformação*, v. 22, n. 1, 2010.

OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____. *El tratado de documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Murcia: Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*.

RÍOS HILARIO, A. B. *Nuevos horizontes en el análisis de los registros y la normativa bibliográfica*. Gijón: Trea, 2003.

SANTOS, P. de M. L. dos. *O ponto de inflexão Otlet: uma visão sobre as origens da documentação e o processo de construção do princípio monográfico*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, p. 54-63, 2007.

SVENONIUS, E. Bibliographic entities and their uses. In: SEMINAR ON BIBLIOGRAPHIC RECORDS, 1990, Stockholm. *Proceedings...* Munich: Saur, 1992. p. 3-18.

UNESCO. *Manual de referencia para descripciones bibliográficas legibles por máquina*. 2. ed. rev. París, 1986. (PGI-81/WS/22). Original publicado em inglês em 1981.